

Sistema de Governo

Comissão deve aprovar mandato de cinco anos para Sarney

MAURO LOPES
Repórter da Sucursal de Brasília

A Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo deverá aprovar neste fim-de-semana a tese de um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Poderá ser a segunda vitória de Sarney, em relação a seu mandato, no Congresso constituinte. Os cinco anos já foram aprovados vinte dias atrás na subcomissão do Poder Executivo. A Folha consultou, nos últimos dois dias, todos os 64 integrantes da comissão: 27 deles se declararam favoráveis a um mandato de cinco anos e dezoito se posicionaram pelos quatro anos. Os outros dezoito manifestaram-se em



favor de outras soluções ou então se disseram indefinidos. Mas pelo menos dez deles deverão se definir, na votação final, pelos cinco anos.

Os dezoito parlamentares que apresentaram posições distintas da simples opção por um mandato de quatro ou cinco anos dividem-se entre as seguintes posições: oito definiram-se pelos cinco anos em caso de aprovação do parlamentarismo ou por um mandato de quatro anos se for mantido o sistema presidencialista; dois definiram-se pela realização de eleições noventa ou 120 dias após a promulgação da Constituição; um quer seis anos para Sarney; e oito disseram que ainda estão indefinidos ou não quiseram declarar sua posição.

Na reta final, cada um desses grupos deverá se definir pelos quatro ou cinco anos. Dentre os oito que condicionaram seu voto à definição do sistema de governo, três deles são

do PDS. O deputado César Cals Neto (PDS-CE), 46, de direita, declarou que "é muito difícil uma aliança com o PT, o PDT, os PCs e a facção radical do PMDB" e que ele e seus dois companheiros de bancada, Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e Victor Faccioni (PDS-RS), deverão se aliar ao PFL e aos peemedebistas "não radicais". Em outras palavras, deverão votar pelos cinco anos. Além deles, neste grupo pelo menos o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) e o deputado Érico Pergoraro (PFL-RS) deverão votar por um mandato de cinco anos. Ou seja, mais cinco votos pela tese defendida por Sarney.

Dos oito que se disseram indefinidos, também cinco deverão migrar para o apoio a um mandato de cinco anos. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), por exemplo, não quis declinar sua posição. Mas ele tem seguido obediente-

mente as diretrizes do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, que defende o mandato de cinco anos. Um voto quase certo é o do deputado José Jorge (PFL-PE), que se declarou indefinido mas "pendendo pelos cinco anos".

Para reforçar a tese de um mandato de quatro anos só são prováveis mais três votos. O do deputado Leopoldo Bessone (PMDB-MG), que disse estar "tendendo" pelos quatro anos, e o dos dois parlamentares que desejam eleições noventa ou 120 dias após a promulgação da Carta. Com isso, um resultado aproximado da votação deverá indicar 37 votos pela tese dos cinco anos, 21 favoráveis aos quatro anos, um voto pelos seis anos.

Pontos polêmicos

1. Mandato do presidente Sarney
2. Parlamentarismo ou presidencialismo

Fruet diz que já tem as 309 assinaturas para convenção

Da Sucursal de Brasília

O deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), de centro-esquerda, anunciou ontem, em Brasília, que já conseguiu o número de assinaturas necessárias para a convocação de uma convenção do partido nos próximos dias 27 e 28; segundo o deputado, 309 convencionais peemedebistas haviam assinado, até ontem, seu requerimento convocando a convenção que deverá definir a posição do partido com relação ao mandato do presidente José Sarney —ultrapassando, assim, as 297 assinaturas exigidas para a convocação.

Na última quarta-feira, o presidente do Congresso constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, 70, havia acertado com o líder do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, que o partido se reuniria em julho para se definir quanto à duração do mandato do presidente José Sarney.

Covas e Ulysses, no entanto, não chegaram a um acordo sobre a data da Convenção partidária. Covas quer a reunião nos dias 4 e 5 de julho, para que a decisão do encontro influencie a votação do anteprojeto da Comissão de Sistematização, que concluirá o esboço da nova Constituição no dia 15. Já Ulysses propõe que a Convenção se reúna nos dias 18 e 19, justamente para evitar que isto venha a ocorrer. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, afirmou que a Comissão Executiva Nacional do partido se reunirá na próxima terça-feira para decidir a data da convenção, em julho.

A decisão de Ulysses Guimarães foi tomada na reunião de anteontem à noite, na casa do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães. Nesse encontro (do qual participaram o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, os líderes do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Luiz Henrique) o ministro da Ciência e

Tecnologia, Renato Archer, um dos amigos mais próximos de Ulysses Guimarães, fez uma exposição sobre a "cronologia da divisão e do enfraquecimento do partido", segundo afirmou o deputado Antonio Perosa (PMDB-SP).

Nessa exposição, Archer criticou a "atuação vacilante" do presidente do partido e, com a concordância de seu colega Raphael de Almeida Magalhães, defendeu a convocação da convenção. No final do encontro, quando já havia chegado o senador Mário Covas, o ministro da Previdência chegou a propor a negociação dos cinco anos de mandato para Sarney em troca do seu apoio na elaboração de uma Constituição "progressista". A proposta, no entanto, não chegou a ser discutida.

"Eu acho inoportuna, mas se vocês querem nós convocamos a convenção", disse Ulysses ao deputado Perosa, que chamou a sua atenção para a "aliança conservadora que se formou em torno do apoio aos cinco anos para Sarney e que está redundando num texto constitucional retrógrado que nada tem a ver com a história do PMDB", segundo afirmou.

Depois do primeiro entendimento com Covas, Ulysses cancelou o encontro que teria ontem com o deputado Maurício Fruet. Sobre a negociação de uma nova data para a convenção (seu requerimento prevê os dias 27 e 28 próximos para o encontro), Fruet, ontem, não quis se posicionar, alegando que "uma mudança depende da concordância de todos os signatários do documento". O deputado afirmou, porém, que "o prazo está apertado".

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que é contrário à convocação da convenção e favorável a um mandato inferior a cinco anos para o presidente Sarney, afirmou que o partido não tem qualquer poder nessa área.

Richa vê perigo de golpe

Da Reportagem Local

O habitualmente cauteloso senador José Richa (PMDB-PR), 52, de centro, disse ontem que a base de apoio ao presidente José Sarney "está se reduzindo perigosamente", e não descartou a hipótese de um golpe militar, se a situação continuar se deteriorando.

A frase de Richa a respeito da eventualidade de um golpe é a seguinte, literalmente: "Eu diria que não há nenhum sinal (de golpe) nesse instante, mas, se a situação continuar se deteriorando, eu acho que, queiramos ou não, acaba acontecendo. Mas eu acho que nós vamos ter competência. A construção da maioria de defesa do governo está sendo feita de forma muito complicada e, por isso, é difícil a gente configurar claramente quem é que defende o governo".

Convém lembrar que, há exatamente um mês, em conversa com este repórter em seu gabinete em Brasília, o senador paranaense também analisara a reação dos militares em relação ao quadro político, mas colocara a hipótese de um golpe

como algo muito mais remoto do que agora.

As declarações de Richa foram feitas a partir das 18h, na Assembléia Legislativa de São Paulo, na zona sul, em seguida a um encontro dele com empresários, no Hotel Maksoud Plaza. Os empresários traçaram para o senador paranaense um quadro extraordinariamente sombrio da realidade econômica e social. Um deles, João Carlos Meirelles, chegou a prever o fechamento, a curto prazo, de cerca de cinco mil açougues em São Paulo, em consequência de uma queda da ordem de 40% no consumo de carne.

Na sua entrevista na Assembléia, Richa condenou firmemente o suposto plano do Palácio do Planalto de propor a introdução do chamado neopresidencialismo, mecanismo pelo qual se criaria um parlamentarismo híbrido, com a nomeação do primeiro-ministro pelo presidente da República. "Sou contra a idéia. Só admitiria em último caso, se não restasse outra solução. Mas acho um absurdo", disse Richa.

O "neopresidencialismo" já começou a ser debatido

Da Sucursal de Brasília

A proposta do presidente José Sarney ao Congresso constituinte, de transformação do atual sistema de governo em "neopresidencialismo", começou ontem a ser debatida entre os parlamentares do PMDB e do PFL com os líderes do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), de centro-esquerda, e do PFL na Câmara e na Constituinte, José Lourenço (BA), de direita. A proposta, que prevê a nomeação de um primeiro-ministro pelo presidente José Sarney, já em 1988, será apresentada à Comissão de Sistematização, segundo informação de José Lourenço à Folha

A proposta "neopresidencialista" do Palácio do Planalto foi entregue pelo presidente José Sarney a Carlos Sant'Anna e José Lourenço durante reunião no Palácio do Planalto, às 19h de anteontem. Nesta reunião, o presidente e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, expuseram aos dois líderes os motivos de sua proposta.

O deputado José Lourenço disse que o presidente Sarney concluiu, ao apresentar a proposta "neopresidencialista", que é preciso ter um ministro forte ajudando-o a governar. Citou como exemplo, nos governos anteriores, a presença desse "ministro forte". No de Castelo Branco, Roberto Campos; no de Médici, Leitão de Abreu; no de Geisel, Golbery do Couto e Silva; no de Figueiredo, Golbery e Delfim Netto.

Pela proposta do presidente José Sarney, elaborada por seu consultor-geral Saulo Ramos, o primeiro-ministro será nomeado por decreto-lei. Imediatamente, o nome dele será apresentado à Câmara dos Deputados, que tem cinco dias para aprová-lo ou rejeitá-lo. Como o primeiro-ministro não será nomeado pela Câmara, o presidente da República não terá poderes para dissolvê-la em caso de crise. Esse primeiro-ministro, no



Ulysses, presidente da Constituinte

entanto, poderá sofrer voto de desconfiança da Câmara, o que poderá ser feito por maioria absoluta. O presidente da República, conforme a proposta de Sarney, poderá vetar o voto de desconfiança. O veto somente será derrubado por maioria de dois terços.

Pelas explicações de José Lourenço, a intenção do presidente é ter um auxiliar direto, que dividirá o governo com ele. E, para garantir a presença desse auxiliar, José Lourenço disse que serão intensificadas as articulações para formação de um "bloco central" interpartidário, que deverá ser maioria absoluta no Congresso Nacional e na Constituinte. Lourenço foi encarregado de "trabalhar" os felistas e Carlos Sant'Anna os peemedebistas. Os constituintes do PTB, PDS, PL e PDC serão cooptados pelo próprio Sarney e pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Diretas-já volta às ruas em Brasília

Da Reportagem Local

O grito de diretas-já —responsável pela maior mobilização popular da história brasileira, nos idos de 1984— voltará à praça pública a partir do dia 7 próximo e, desta vez, será ouvido diretamente no coração do poder: a praça dos Três Poderes, em Brasília, mais precisamente na rampa de acesso ao Congresso Nacional.

A idéia de promover em Brasília o primeiro comício pelas diretas-já consolidou-se anteontem, em reunião entre o presidente nacional do PT, Luis Inacio Lula da Silva (SP), o líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro (RJ), o representante do PCB, deputado Augusto de Carvalho (DF), o deputado Aldo Arantes, do PC do B de Goiás, e o senador Affonso Camargo (PMDB-PR), representante da corrente peemedebista que defende eleições presidenciais no ano que vem.

Logo após o comício de Brasília, a bandeira das diretas-já volta, no dia 12, ao cenário do maior comício de 1984, o vale do Anhangabau, no centro de São Paulo. Por enquanto, a iniciativa desta segunda manifestação é do PT, mas os dirigentes

petistas já estão em contato com o PDT e com o setor do PMDB favorável aos quatro anos para engajá-los na mobilização.

Esse, aliás, deverá ser o tema central do encontro entre Lula e Leonel Brizola, principal liderança nacional do PDT, já acertado para a semana que vem, mas ainda sem dia e local precisos.

O slogan diretas-já é, por ora, impreciso, na medida em que cada um dos setores envolvidos na mobilização trabalha com hipóteses diferentes para a data definitiva da realização de eleições presidenciais. O peemedebista Affonso Camargo, por exemplo, está propondo o dia 21 de abril do próximo ano para o pleito presidencial, enquanto o ex-governador fluminense Leonel Brizola acha que as eleições devem ser realizadas trinta, sessenta ou noventa dias após a promulgação da nova Constituição (o que pode acabar coincidindo com a data defendida por Camargo). Mas o senador peemedebista Mário Covas acha que novembro de 88 é o mês ideal, enquanto o PT fala em eleições imediatamente, mesmo atropelando os trabalhos do Congresso constituinte.